

**Balanço Geral**

**DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS  
CONSOLIDADAS  
DO IFES**

**2017**



**INSTITUTO  
FEDERAL**  
Espírito Santo



## **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO  
Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-264 – Vitória – ES  
27 3357-7500

### **BALANÇO GERAL**

### **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO IFES**

**2017**

Vitória, 2017

**Reitor**

Jadir José Pela

**Pró-Reitor de Administração e Orçamento**

Lezi José Ferreira

**Diretor de Administração e Orçamento**

Cristiano Tito Melado

**Equipe Técnica**

**Coordenadora Geral de Contabilidade e Controle – Contadora**

Eliane Denes Rocha

**Contadora**

Gracieli de Freitas

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
BALANÇO PATRIMONIAL.....	6
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	7
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	8
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – ORÇAMENTO FISCAL.....	9
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS.....	10
EXECUÇÃO DE RESTOS PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS.....	11
BALANÇO FINANCEIRO.....	12
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	13
NOTAS EXPLICATIVAS.....	14
Nota 01 – Ativo Não Circulante.....	14
Nota 02 – Imobilizado.....	14
Nota 03 – Intangível.....	17
Nota 04 – Passivo Circulante – Obrigações Trabalhistas, Previdência e Assistência.....	18
Nota 05 – Fornecedores e Contas a Pagar.....	19
Nota 06 – Obrigações Contratuais.....	20
Nota 07 – Ajustes de Exercícios Anteriores.....	22
Nota 08 – Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP).....	23
Nota 09 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa – DFC.....	24
Nota 10 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados – Por Órgão da UO.....	25
Nota 11 – Balanço Orçamentário.....	26
Nota 12 – Resultado Financeiro – 31/12/2017.....	29

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Imobilizado – Composição.....	15
Tabela 2: Bens Móveis – Composição.....	15
Tabela 3: Bens Imóveis – Composição.....	15
Tabela 4: Bens de Uso Especial.....	16
Tabela 5: Intangível – Composição.....	18
Tabela 6: Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.....	19
Tabela 7: Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.....	19
Tabela 8: Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.....	19
Tabela 9: Obrigações Contratuais – Composição.....	20
Tabela 10: Obrigações Contratuais – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.....	20
Tabela 11: Obrigações Contratuais – Por Contratado.....	21
Tabela 12: Contratados – Principais Transações.....	21
Tabela 13: Demonstração das Variações Patrimoniais – Resumida.....	23
Tabela 14: Variações Patrimoniais Aumentativas – Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos.....	23
Tabela 15: Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	24
Tabela 16: Fluxos de Caixa das Atividades das Operações.....	24
Tabela 17: Restos a Pagar Não Processados inscritos por Órgão da UO.....	25
Tabela 18: Composição dos restos a pagar não processados no IFES por Categoria Econômica da Despesa.....	26
Tabela 19: Composição dos restos a pagar não processados execução por categoria econômica referente ao quarto trimestre de 2017.....	26
Tabela 20: Composição dos restos a pagar não processados no IFES por Categoria Econômica da Despesa.....	27
Tabela 21: Composição dos restos a pagar não processados no IFES por Categoria Econômica da Despesa.....	28
Tabela 22: Resultado Financeiro – 31/12/2017.....	29

## APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Instituto Federal do Espírito Santo (DCON) contemplam a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal, sendo materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), bem como nas respectivas Notas Explicativas.

No presente relatório, estão evidenciadas as DCON de 31 de dezembro de 2017. Representa um instrumento de transparência do Instituto Federal do Espírito Santo.

No final do exercício de 2017, as receitas orçamentárias arrecadadas (correntes e de capital, exceto o refinanciamento da dívida) perfizeram aproximadamente R\$ 4,2 milhões, representando uma redução de 12,32% em relação a Dezembro/2016(R\$4,7 milhões).

No de 2017, as Despesas Correntes “Pessoal e Encargos Sociais” dotação atualizada R\$502,2 milhões e despesas empenhadas R\$501 milhões, representa 99,96% do total de Despesas Empenhadas/Total Dotação Atualizada. As Outras Despesas Correntes dotação atualizada R\$107 milhões e despesas empenhadas R\$ 114 milhões, representa 7,12% a mais do total das Despesas Empenhadas/Total Dotação Atualiza.

O resultado financeiro no encerramento do ano 2017 foi superavit em R\$ 6,9 milhões, e sua formação é detalhada na tabela apresentada Resultado Financeiro, comparando com o ano de 2016.

A seguir, são apresentadas as DCON, incluindo as respectivas Notas Explicativas.

## BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	2017	2016
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>78.880.548,45</b>	<b>32.816.210,65</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	14.530.035,91	7.570.762,85
Créditos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	60.032.514,15	21.173.168,33
Investimentos e Aplicações Temp. a Curto Prazo	-	-
Estoques	4.312.277,45	4.068.777,79
VPDs Pagas Antecipadamente	5.720,94	3.501,68
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>685.723.586,48</b>	<b>676.219.690,48</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	5.536,87	4.251,30
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	3.826,63	3.826,63
Estoques	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	1.710,24	424,67
Investimentos	-	-
Imobilizado	684.571.183,08	675.137.850,50
Intangível	1.146.866,53	1.077.588,68
Diferido	-	-
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>764.604.134,93</b>	<b>709.035.901,13</b>
PASSIVO	2017	2016
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>58.784.864,83</b>	<b>57.887.926,65</b>
Obrigações Trabalh., Previd. Assist. Pagar C. Prazo	49.485.474,97	9.712,62
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	7.782.056,19	57.386.093,35
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	6.306,62	6.306,62
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.511.027,05	485.814,06
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Obrigações Trabalh., Previd. Assist. Pag. L. Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Resultado Diferido	-	-
<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>58.784.864,83</b>	<b>57.887.926,65</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Reservas de Capital	20.475,57	20.475,57
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	-	27.914.831,54
Resultados Acumulados	705.798.794,53	623.212.667,37
<b>(-) Ações / Cotas em Tesouraria</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>705.819.270,10</b>	<b>651.147.974,48</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>764.604.134,93</b>	<b>709.035.901,13</b>

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>805.236.913,66</b>	<b>744.133.620,44</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	5.205.004,24	5.773.661,89
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	6.025,96	5.746,96
Transferências e Delegações Recebidas	707.808.985,10	681.007.749,06
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	92.008.458,74	57.307.259,29
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	208.439,62	39.203,24
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>728.929.962,71</b>	<b>650.035.349,38</b>
Pessoal e Encargos	445.837.139,15	374.592.135,58
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	77.941.087,18	64.994.143,94
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	76.519.515,84	82.030.416,35
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.185,98	6.520,60
Transferências e Delegações Concedidas	86.734.562,27	104.699.548,25
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	28.516.501,32	9.833.775,64
Tributárias	203.423,43	148.957,68
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	13.175.547,54	13.729.851,34
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>76.306.950,95</b>	<b>94.098.271,06</b>



## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d)=(a-b)
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>4.195.235,00</b>	<b>4.195.235,00</b>	<b>5.416.935,93</b>	<b>1.221.700,93</b>
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serv. Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>782.695,00</b>	<b>782.695,00</b>	<b>763.362,07</b>	<b>-19.332,93</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	782.695,00	782.695,00	763.362,07	-19.332,93
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	<b>535.877,00</b>	<b>535.877,00</b>	<b>556.917,37</b>	<b>21.040,37</b>
<b>Receita Industrial</b>	<b>708.580,00</b>	<b>708.580,00</b>	<b>649.994,98</b>	<b>-58.585,02</b>
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>2.156.697,00</b>	<b>2.156.697,00</b>	<b>3.240.179,68</b>	<b>1.083.482,68</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.156.697,00	2.156.697,00	3.240.179,68	1.083.482,68
Serviços e Atividades Ref. à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>11.386,00</b>	<b>11.386,00</b>	<b>206.481,83</b>	<b>195.095,83</b>
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	9.002,00	9.002,00	11.551,78	2.549,78
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	192.198,01	192.198,01
Bens, Direitos e Valores Incorp. ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	2.384,00	2.384,00	2.732,04	348,04
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>4.195.235,00</b>	<b>4.195.235,00</b>	<b>5.416.935,93</b>	<b>1.221.700,93</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Interno</b>	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Externo</b>	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>4.195.235,00</b>	<b>4.195.235,00</b>	<b>5.416.935,93</b>	<b>1.221.700,93</b>
<b>DEFICIT</b>	-	-	<b>625.795.260,16</b>	<b>625.795.260,16</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.195.235,00</b>	<b>4.195.235,00</b>	<b>631.212.196,09</b>	<b>627.016.961,09</b>
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – ORÇAMENTO FISCAL**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>550.236.394,00</b>	<b>609.418.066,00</b>	<b>616.813.344,82</b>	<b>607.728.183,99</b>	<b>598.287.991,88</b>	<b>-7.395.278,82</b>
Pessoal e Encargos Sociais	444.142.032,00	502.200.742,00	501.963.796,23	501.963.796,23	493.942.000,35	236.945,77
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	106.094.362,00	107.217.324,00	114.849.548,59	105.764.387,76	104.345.991,53	-7.632.224,59
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>7.616.284,00</b>	<b>7.616.284,00</b>	<b>14.398.851,27</b>	<b>4.386.835,53</b>	<b>3.490.952,22</b>	<b>-6.782.567,27</b>
Investimentos	7.616.284,00	7.616.284,00	14.398.851,27	4.386.835,53	3.490.952,22	-6.782.567,27
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>557.852.678,00</b>	<b>617.034.350,00</b>	<b>631.212.196,09</b>	<b>612.115.019,52</b>	<b>601.778.944,10</b>	<b>-14.177.846,09</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>557.852.678,00</b>	<b>617.034.350,00</b>	<b>631.212.196,09</b>	<b>612.115.019,52</b>	<b>601.778.944,10</b>	<b>-14.177.846,09</b>
<b>TOTAL</b>	<b>557.852.678,00</b>	<b>617.034.350,00</b>	<b>631.212.196,09</b>	<b>612.115.019,52</b>	<b>601.778.944,10</b>	<b>-14.177.846,09</b>

**EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**

<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)</b>	<b>INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)</b>	<b>LIQUIDADOS (c)</b>	<b>PAGOS (d)</b>	<b>CANCELADOS (e)</b>	<b>SALDO (f)=(a+b-d-e)</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>3.206.424,39</b>	<b>10.354.777,15</b>	<b>8.894.257,54</b>	<b>8.881.987,60</b>	<b>952.296,54</b>	<b>3.726.917,40</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	59,10	-	-	59,10	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.206.424,39	10.354.718,05	8.894.257,54	8.881.987,60	952.237,44	3.726.917,40
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.004.615,07</b>	<b>5.834.968,32</b>	<b>4.913.168,82</b>	<b>4.535.029,49</b>	<b>59.464,85</b>	<b>2.245.089,05</b>
Investimentos	1.004.615,07	5.834.968,32	4.913.168,82	4.535.029,49	59.464,85	2.245.089,05
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>4.211.039,46</b>	<b>16.189.745,47</b>	<b>13.807.426,36</b>	<b>13.417.017,09</b>	<b>1.011.761,39</b>	<b>5.972.006,45</b>

EXECUÇÃO DE RESTOS PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>140.309,48</b>	<b>1.534.468,04</b>	<b>1.440.306,61</b>	<b>63.650,23</b>	<b>170.820,68</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	34,00	34,00	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	140.309,48	1.534.434,04	1.440.272,61	63.650,23	170.820,68
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>18.552,63</b>	<b>2.186.874,60</b>	<b>2.185.839,29</b>	<b>-</b>	<b>19.587,94</b>
Investimentos	18.552,63	2.186.874,60	2.185.839,29	-	19.587,94
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>158.862,11</b>	<b>3.721.342,64</b>	<b>3.626.145,90</b>	<b>63.650,23</b>	<b>190.408,62</b>

## BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS	2017	2016
<b>Receitas Orçamentárias (I)</b>	<b>5.416.935,93</b>	<b>5.814.331,97</b>
<b>Ordinárias</b>	<b>275.214,99</b>	<b>214.911,32</b>
<b>Vinculadas</b>	<b>5.142.527,04</b>	<b>5.622.660,49</b>
Educação	2.194,71	14.336,46
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	5.140.332,33	5.608.324,03
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-806,10	-23.239,84
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>	<b>699.455.353,03</b>	<b>677.736.262,96</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	667.462.182,79	614.110.946,91
Repasse Recebido	601.396.435,65	538.252.895,35
Sub-repasse Recebido	66.065.747,14	75.858.051,56
Independentes da Execução Orçamentária	31.993.170,24	63.625.316,05
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	31.332.217,27	61.733.072,43
Demais Transferências Recebidas	7.088,42	9.764,38
Movimentação de Saldos Patrimoniais	653.864,55	1.882.479,24
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>	<b>29.866.472,93</b>	<b>20.607.491,51</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	10.336.075,42	3.672.579,11
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	19.097.176,57	16.189.745,47
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	424.190,01	736.540,06
Outros Recebimentos Extraorçamentários	9.030,93	8.626,87
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	8.935,93	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	8.626,87
Demais Recebimentos	95,00	-
<b>Saldo do Exercício Anterior (IV)</b>	<b>7.570.762,85</b>	<b>6.685.941,40</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.570.762,85	6.685.941,40
<b>TOTAL (V) = (I+II+III+IV)</b>	<b>742.309.524,74</b>	<b>710.844.027,84</b>
<b>DISPÊNDIOS</b>		
<b>Despesas Orçamentárias (V)</b>	<b>631.212.196,09</b>	<b>563.181.847,08</b>
<b>Ordinárias</b>	<b>202.976.021,13</b>	<b>152.442.616,44</b>
<b>Vinculadas</b>	<b>428.236.174,96</b>	<b>410.739.230,64</b>
Educação	414.934.525,97	349.355.293,07
Seguridade Social (Exceto RGPS)	790.000,00	56.254.525,23
Operação de Crédito	1.485.620,63	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	4.031.072,98	5.100.642,45
Outros Recursos Vinculados a Fundos	6.994.955,38	28.769,89
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VI)</b>	<b>79.111.131,22</b>	<b>102.243.340,18</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	66.940.762,81	76.755.344,51
Repasse Concedido	875.015,67	897.292,95
Sub-repasse Concedido	66.065.747,14	75.858.051,56
Independentes da Execução Orçamentária	12.170.368,41	25.487.995,67
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	11.892.958,71	25.258.747,89
Movimento de Saldos Patrimoniais	277.409,70	229.247,78
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
<b>Despesas Extraorçamentárias (VII)</b>	<b>17.456.161,52</b>	<b>37.848.077,73</b>
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	3.626.145,90	12.541.514,30
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	13.417.017,09	24.562.553,17
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	412.998,53	735.566,62
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	8.443,64
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	7.818,20
<b>Saldo para o Exercício Seguinte (VIII)</b>	<b>14.530.035,91</b>	<b>7.570.762,85</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	14.530.035,91	7.570.762,85
<b>TOTAL (IX) = (V+ VI + VII + VIII)</b>	<b>742.309.524,74</b>	<b>710.844.027,84</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES (I)</b>	<b>17.171.094,06</b>	<b>28.940.903,45</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>705.296.573,97</b>	<b>684.295.761,86</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>5.416.935,93</b>	<b>5.814.331,97</b>
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	763.362,07	746.906,33
Receita Agropecuária	556.917,37	474.613,71
Receita Industrial	649.994,98	614.376,48
Receita de Serviços	3.240.179,68	3.940.959,54
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	206.481,83	37.475,91
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>699.879.638,04</b>	<b>678.481.429,89</b>
Ingressos Extraorçamentários	424.190,01	736.540,06
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	8.626,87
Transferências Financeiras Recebidas	699.455.353,03	677.736.262,96
Demais Recebimentos	95,00	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-688.125.479,91</b>	<b>-655.354.858,41</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-541.332.008,55</b>	<b>-493.038.728,79</b>
Previdência Social	-75.569.614,02	-62.713.102,66
Saúde	-325.718,51	-520.362,20
Trabalho	-	-
Educação	-464.894.047,64	-429.134.652,20
Cultura	-293.217,00	-
Direitos da Cidadania	-	-423.760,37
Agricultura	-105.547,31	-196.461,84
Indústria	-152.800,00	-42.571,32
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	8.935,93	-7.818,20
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-67.269.341,61</b>	<b>-59.336.597,38</b>
Intragovernamentais	-67.223.746,61	-59.231.779,38
Outras Transferências Concedidas	-45.595,00	-104.818,00
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-79.524.129,75</b>	<b>-102.979.532,24</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-412.998,53	-735.566,62
Transferências Financeiras Concedidas	-79.111.131,22	-102.243.340,18
Demais Pagamentos	-	-625,44
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)</b>	<b>-10.211.821,00</b>	<b>-28.056.082,00</b>
<b>INGRESSOS</b>	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-
<b>Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos</b>	-	-
<b>Outros Ingressos de Investimentos</b>	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-10.211.821,00</b>	<b>-28.056.082,00</b>
<b>Aquisição de Ativo Não Circulante</b>	<b>-9.756.380,01</b>	<b>-27.503.148,95</b>
<b>Concessão de Empréstimos e Financiamentos</b>	-	-
<b>Outros Desembolsos de Investimentos</b>	<b>-455.440,99</b>	<b>-552.933,05</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-
<b>Transferências de Capital Recebidas</b>	-	-
<b>Outros Ingressos de Financiamento</b>	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
<b>Amortização / Refinanciamento da Dívida</b>	-	-
<b>Outros Desembolsos de Financiamento</b>	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (I+II+III)</b>	<b>6.959.273,06</b>	<b>884.821,45</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>7.570.762,85</b>	<b>6.685.941,40</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>14.530.035,91</b>	<b>7.570.762,85</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS

### **Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis**

As **Demonstrações Contábeis Consolidadas do IFES (DCON)** são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as DCON consolidam as contas do órgão do Poder Executivo integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Notas Explicativas

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

Na consolidação das demonstrações contábeis do IFES, são utilizados critérios de consolidação de itens das demonstrações, que, respectivamente, representam as transações realizadas entre as Unidades Gestoras que compõem o OFSS denominado órgão 26406.

### **Nota 01 – Ativo Não Circulante**

O Ativo Não Circulante em 31/12/2017 do IFES totalizou R\$ 685.571.183,08 estando distribuído a maior parte na conta contábil **Imobilizado** no Ativo Não Circulante, representando 89,53% do total. Este valor é bastante representativo devido o Ifes possuir muitos imóveis.

Há um outro fator justificado que não ocorre o cálculo da Depreciação e Amortização por não possuímos um sistema que possibilite de forma confiável o cálculo.

### **Nota 02 – Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2017, o IFES apresentou um saldo de R\$ 684.571.183,08 bilhões relacionados a imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2016 e 2017.

Tabela 1: Imobilizado – Composição  
R\$ milhares

	31/12/2017	31/12/2016	AH%
<b>Bens Móveis</b>	<b>180.320.853,59</b>	<b>175.916.582,59</b>	<b>2,50</b>
(+) Valor Bruto Contábil	180.320.853,59	175.916.582,59	2,50
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	
<b>Bens Imóveis</b>	<b>504.250.329,49</b>	<b>499.221.267,91</b>	<b>1,00</b>
(+) Valor Bruto Contábil	505.130.534,02	499.487.703,92	1,13
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	880.204,53	266.436,01	230,36
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	
<b>Total</b>	<b>684.571.183,08</b>	<b>675.137.850,50</b>	<b>1,39</b>

Fonte: SIAFI 2016 e 2017 e Tesouro Gerencial.

### Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão 26406 em 31/12/2017 totalizavam R\$ 180.320.853,59 bilhões e estavam distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 2: Bens Móveis – Composição  
R\$ milhares

	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	91.071.679,44	89.340.256,67	1,94
Bens de Informática	33.090.874,80	32.735.383,62	1,09
Móveis e Utensílios	36.232.179,39	34.255.674,29	5,77
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	10.906.090,61	9.966.607,41	9,43
Veículos	8.548.153,98	8.978.429,32	-4,79
Bens Móveis em Andamento	2.560,06	2.560,06	0,00
Bens Móveis em Almoxarifado	0,00	197.971,97	-100,00
Semoventes e Equipamentos de Montaria	201.247,80	206.276,94	-2,43
Demais Bens Móveis	268.067,51	233.422,31	14,84
Depreciação / Amortização Acumulada	0,00	-	-
Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
<b>Total</b>	<b>180.320.853,59</b>	<b>175.916.582,59</b>	<b>2,50</b>

Fonte: SIAFI 2016 e 2017 e Tesouro Gerencial.

88,95% dos bens móveis são Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, Bens de Informática e Móveis e Utensílios.

Dos bens móveis registrados no Órgão, 50,50% referem-se a Máquinas, Aparelhos, Equipamento e Ferramenta.

### Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do IFES em 31/12/2017 totalizavam R\$ 505.130.534,02 bilhões (valores brutos) e estavam distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 3: Bens Imóveis – Composição  
R\$ milhares

	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Bens de Uso Especial	437.498.743,46	402.716.755,73	8,63
Bens Imóveis em Andamento	61.276.227,63	89.172.287,88	-31,28
Instalações	6.355.562,93	7.598.660,31	-16,36
Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
Depreciação / Amortização Acumulada	(880.204,53)	(266.436,01)	230,36
<b>Total</b>	<b>504.250.329,49</b>	<b>499.221.267,91</b>	<b>1,00</b>

Fonte: SIAFI 2016 e 2017 e Tesouro Gerencial.



De acordo com a tabela anterior, os Bens de Uso Especial correspondem a 86,76% dos bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão 26406, perfazendo o montante de R\$ 437.498.743,46 bilhões em 31/12/2017 a valores brutos.

Em síntese, os Bens de Uso Especial mais relevantes no patrimônio do Instituto Federal do Espírito Santo são imóveis de uso educacional, como pode ser visto na tabela abaixo. Os mesmos correspondem, a valores brutos, a 99,34% dos Bens de Uso Especial.

Momentaneamente a conta Apartamentos possui um saldo de R\$ 15.232,49. Isso ocorreu devido um erro de classificação que foi corrigido através da 2017NL000052 (UG 158416).

Tabela 4: Bens de Uso Especial  
R\$ milhares

	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Terrenos, Glebas	2.493.979,40	5.893.584,96	-57,68
Imóveis de Uso Educacional	434.643.969,24	396.462.375,95	9,63
Imóveis Residenciais e Comerciais	221.473,08	221.473,08	0,00
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	139.321,74	139.321,74	0,00
<b>Total</b>	<b>437.498.743,46</b>	<b>402.716.755,73</b>	<b>8,63</b>

Fonte: SIAFI 2016 e 2017 e Tesouro Gerencial.

Pode-se ainda verificar que houve uma redução de 57,68% na conta Terrenos e Glebas, essa redução ocorreu principalmente devido uma reclassificação para a conta Imóveis de Uso Educacional feita pela UG 158883. No decorrer do ano também houve um registro de imóvel efetuado pela UG 158885 no valor de R\$ 347.100,00.

O aumento de 9,63% na conta de Imóveis de Uso Educacional teve como causa, além da reclassificação citada acima, valores de reavaliações e registros lançados pelas UG's 158883, 158886, 158423, 158424, 158421, 158417, 158419 e 158420.

#### **(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão**

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

##### **(a.1) Reavaliação**

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoração, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

##### **(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment***

Avaliação de indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo.

A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguiram as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN ([www.tesouro.gov.br](http://www.tesouro.gov.br)).

### **(a.3) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis**

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) sobre os ativos de infraestrutura, definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação, bem como a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável para os bens de infraestrutura terá o prazo para implantação desses procedimentos contábeis até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

O IFES não realiza reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão devido a falta de um sistema de patrimônio que realize tais procedimentos e que seja seguro. No órgão 26406 todos os bens imóveis estão registrados no SPIUNET.

### **(b) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet**

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

### **Nota 03 – Intangível**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam

aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

O Órgão 26406 ainda não realiza amortização de ativos intangíveis com vida útil definida devido a falta de um sistema de patrimônio que realize tais procedimentos e que seja seguro. O órgão 26406 está orientando cada UG a realizar a avaliação dos intangíveis para proceder à correta classificação entre vida útil definida e indefinida. Algumas UG's já realizaram essa avaliação e efetuaram as devidas reclassificações.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/12/2017, o Órgão 26406 apresentou um saldo de R\$ 1.146.866,53 bilhões relacionados a intangível. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para 09/2017 e 01/2016.

Tabela 5: Intangível – Composição  
R\$ milhares

	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	645.377,50	955.531,37	-32,45
Software com Vida Útil Indefinida	489.935,54	112.979,81	333,64
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Definida	11.553,49	9.077,50	27,27
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida		-	
Direito de Uso de Imóvel – Prazo Determinado		-	
Direito de Uso de Imóvel – Prazo Indeterminado		-	
Amortização Acumulada		-	
Redução ao Valor Recuperável de Intangível		-	
<b>Total</b>	<b>1.135.324,59</b>	<b>1.077.588,68</b>	<b>6,42</b>

Fonte: SIAFI 2016 e 2017, Tesouro Gerencial.

No intangível, destaca-se o item Softwares com vida útil definida, que representa cerca de 56,27% do grupo. As UG's 158421, 158416 e 158418 detêm 74,67% do total de softwares com vida útil definida.

A redução na conta de software com vida útil definida e o aumento na conta de software com vida útil indefinida foi causada principalmente por reclassificações, já que, como dito acima o órgão 26406 está orientando cada UG a realizar a avaliação dos intangíveis para proceder à correta classificação entre vida útil definida e indefinida.

O valor de R\$ 11.553,49 do item Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Definida também será analisado devido ativos intangíveis gerados internamente não poderem ser capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

#### **Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment**

Na aplicação do teste de redução do valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, o que for maior.

O Órgão 26406 ainda não realiza o teste de redução do valor recuperável de ativos.

#### **Nota 04 – Passivo Circulante – Obrigações Trabalhistas, Previdência e Assistência**

As Obrigações Trabalhistas, Previdência e Assistência a Pagar em 31/12/2017 do IFES totalizaram R\$ 48.149.676,93 e representa 509396,66% em relação ao ano de 2016, devido as provisões de salários, décimo terceiro, férias, previdência e previdência complementar.

A justificativa deste valor foi devido ao fechamento de exercício do ano de 2017 e os bancos não trabalharam no último dia útil do ano onde são feitas as OBs de Pagamentos, ficando este valor a ser

pagos em janeiro de 2018.

#### Nota 05 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2017, o Instituto Federal de Educação do Espírito Santo apresentou um saldo em aberto de R\$ 7.782.056,19 milhões relacionados com fornecedores e contas pagar de obrigações a curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 6: Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

R\$ milhares

	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Circulante			
Nacionais	7.782.056,19	57.386.093,35	-86,44
Estrangeiros			
Não Circulante			
Nacionais			
Estrangeiros			
<b>Total</b>	<b>7.782.056,19</b>	<b>57.386.093,35</b>	<b>-86,44</b>

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Os fornecedores e contas pagar do curto prazo se refere aos fornecedores nacionais. Esta redução de -86,44% representativa ocorreu por motivo da análise da conta de Fornecedores entre o Financeiro e Contábil. A conclusão foi que vários fornecedores tinham sido pagos mas não tinham dado baixa na Contabilidade, por motivo de mudanças no sistema Siafi e Siafi Web.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se os órgãos (ou as unidades gestoras) contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 30/09/2017.

Tabela 7: Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.

R\$ milhares

	31/12/2017	AV (%)
Unidade Gestora 1) 158422 Campus Nova Venécia	1.768.892,66	22,73
Unidade Gestora 2) 158418 Campus Cachoeiro	1.577.288,57	20,27
Unidade Gestora 3) 158423 Campus São Mateus	1.373.720,54	17,65
Unidade Gestora 4) 158427 Campus Vila Velha	727.707,32	9,35
Unidade Gestora 5) 158151 Reitoria	672.477,15	8,64
Unidade Gestora 6) 158425 Campus Alegre	580.717,87	7,46
Unidade Gestora 7) 158429 Campus Venda Nova do Imigrante	240.099,38	3,09
Unidade Gestora 8) 158883 Campus Guarapari	216.860,08	2,79
Unidade Gestora 9) 158428 Campus Ibatiba	207.086,74	2,66
Demais Campi: Itapina/Vitória/Cariacica/SantaTeresa/Centro Serrano/ Colatina/Aracruz/Serra/Montanha/Barra de São Francisco/Linhaires.	417.205,88	5,36
<b>Total</b>	<b>7.782.056,19</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI e TG 2017.

O órgão e As unidades gestoras 1, 2 e 3 (por exemplo) são responsável(is) por 60,65% do total a ser pago.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 10 (dez) fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2017.

Tabela 8: Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor

R\$ milhares

	31/12/2017	AV (%)
A) S.S. Solutions Científica Ltda – EPP	887.000,00	11,40
B) Gonzales Engenharia Ltda - EPP	536.262,99	6,89
C) Itaotec S.A. Grupo Itaotec	349.440,00	4,49
D) Gold Comércio de Equipamentos Eireli - EPP	299.072,94	3,84
E) Jairo Antonio Zanatta – EPP	254.664,00	3,27
F) Exitó Distribuidora e Comércio de Livros Ltda	208.953,49	2,68

G) Treze Material de Construção Ltda - ME	199.661,11	2,59
H) SBS – Special Book Services Livraria e Editora Ltda	143.700,81	1,84
I) Nova Didacta Comércio de Equipamentos Ind. e Did. Ltda	136.500,00	1,75
J) Fundação de Apoio Inst. ao Desenv. Cient. e Tecnológico	123.969,59	1,59
Demais	4.642.831,26	59,66
<b>Total</b>	<b>7.782.056,19</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2017 e Tesouro Gerencial 2017.

Em relação aos fornecedores A, B, C e D, eles representam 26,62% do total a ser pago.

A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(A) S.S. Solutions Científica Ltda – EPP: Os maiores valores de fornecedor é referente as aquisições de equipamentos para laboratórios de Química;

(B) Gonzales Engenharia Ltda – EPP: Obras no Campus Centro Serrano;

(C) Itaotec S.A. Grupo Itaotec: Fornecimento de material de informática;

(D) Gold Comércio de Equipamentos Eireli – EPP: Material de consumo.

Os valores dos fornecedores S.S. Solutions Científica Ltda de R\$ 887.000,00, Gonzales Engenharia Ltda – EPP R\$ 536.262,99 e Itaotec S.A. R\$ 349.440,00, serão pagos a Curto Prazo no exercício de 2018.

### Nota 06 – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2017, o Órgão possuía um saldo de R\$ 69.119.319,95 milhões relacionados a obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos que serão executadas no(s) próximo(s) exercício(s).

A seguir, apresenta-se a tabela 01, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 9: Obrigações Contratuais – Composição.

R\$ milhares

	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Aluguéis	1.824.533,08	14.317,50	12643,37
Fornecimento de Bens	2.662.240,74	4.057.992,20	-34,40
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
Seguros	14.582,11	31.229,56	-53,31
Serviços	64.617.964,02	107.286.217,27	-39,77
Demais	-	-	-
<b>Total</b>	<b>69.119.319,95</b>	<b>111.389.756,53</b>	

Fonte: SIAFI 2016 e 2017, Tesouro Gerencial 2017.

As obrigações contratuais relacionadas com Serviços representam a maioria de 93,49% do total das obrigações assumidas pelo Órgão) ao final de 31/12/2017.

As despesas de contrato de Aluguéis obteve um acréscimo de 12643,37% em relação ao ano de 2017 devido a reclassificação na conta correta de contrato de aluguéis.

Os valores relacionados a Fornecimento de Bens e Serviços caíram por motivo de baixas de contratos encerrados.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se ao órgão e as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos na data base de 30/09/2017.

Tabela 10: Obrigações Contratuais – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.

R\$ milhares

	31/12/2017	AV (%)
Unidade Gestora 1) 158151 Reitoria	20.772.670,88	30,05
Unidade Gestora 2) 158416 Campus Vitória	13.334.466,77	19,29
Unidade Gestora 3) 158423 Campus São Mateus	7.293.539,65	10,55
Unidade Gestora 4) 158426 Campus Santa Teresa	2.576.140,15	3,73
Unidade Gestora 5) 158885 Campus Centro Serrano	2.519.826,31	3,65
Demais 16 Ugs Alegre/Montanha/Venda Nova/Cariacica/Guarapari/Nova Venecia/Vila Velha/Aracruz/Ibatiba/Colatina/Piuma/Serra/		

Cachoeiro/ Linhares/Barra S.Francisco/Itapina	22.622.676,19	32,73
<b>Total</b>	<b>69.119.319,95</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI 2017 e Tesouro Gerencial 2017.

As unidades gestoras 1, 2 e 3 são responsáveis por 59,89% do total contratado. A unidade gestora 158151 – Reitoria possui contratos de serviços em imóveis onde localiza o Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância do Ifes e a sede da própria Reitoria.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os nove contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2017.

Tabela 11: Obrigações Contratuais – Por Contratado.

R\$ milhares

	31/12/2017	AV (%)
A) Mestra Engenharia Ltda	9.701.304,07	14,04
B) Villa Construtora Ltda	5.154.543,99	7,46
C) Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Ciência	5.028.880,32	7,27
D) Apoio Serviços Gerais Ltda	4.665.216,11	6,75
E) Transegur – Segurança e Transporte de Valores	4.608.694,46	6,67
F) Lastro Constr. e Incorp. Ltda	3.280.000,00	4,74
G) Samon Saneamento e Montagens Eireli	3.003.730,61	4,34
H) Focus Gestão Administrativa Eireli - ME	1.504.664,23	2,18
Demais	32.172.286,16	46,55
<b>Total</b>	<b>69.119.319,95</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2017.

Em relação aos contratados A, B, C e D, eles representam 35,52% do total a ser pago.

A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(a) Mestra Engenharia Ltda: Serviços de construção de infra-estrutura básica com validade até 04/07/2016, está em processo judicial;

(b) Villa Construtora Ltda: Contratação de empresa de engenharia especializada. Validade: encerrado. Está em análise.

(c) Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Ciência: Serviços de Processo Seletivo com validade ano corrente;

(d) Apoio Serviços Gerais Ltda: Serviços de recepcionista e servente contrato ano corrente.

Em relação aos contratados A, B, C e D, no quadro a seguir são detalhadas as principais transações:

Tabela 12: Contratados – Principais Transações.

Contratado	Objeto	Valor Contratado	Valor a Executar	Validade
a) Mestra Engenharia Ltda.	Serviços de construção de infra estrutura	9.701.304,07	Contrato rescindido processo judicial	07/2016
b) Villa Construtora Ltda	Obras civis públicas	5.154.543,99	Em análise	Ano corrente
c) Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Ciência.	Serviços de processo seletivo	5.028.880,32	Vários	Ano corrente
d) Apoio Serviços Gerais Ltda	Serviços de recepcionista e servente	4.665.216,11	Vários	Ano corrente

Fontes: SIASG 2017 e TG 2017

O principal valor do grupo obrigações contratuais se refere a Empresa contratada no item a, Mestra Engenharia Ltda, está com contrato rescindindo a partir de julho/2016, o órgão está com pendências por motivo judicial;

A empresa contratada item b, Villa Construtora Ltda. Realizada obras de construção em 26/10/2009 por intermédio da Concorrência Pública nº 11/2009 e do Contrato 26/2009, cujo prazo de execução final foi 31/01/2013 e se encontra em processo judicial;

A Facto item c empresa que executa os processos seletivos do órgão possui vários contratos com vigência ano corrente.

Apoio Serviços Gerais Ltda item d tem no Órgão várias Unidades Gestoras utilizando seus serviços e todos contratos estão em vigência ano corrente podendo ser prorrogado;

Nota de retificação: Informamos que houve um equívoco quando do preenchimento da Nota Explicativa nº 6. Não foram preenchidos os valores referentes às Obrigações Contratuais – Por Contratado tabela 03 de forma discriminadas, sendo destacado apenas o valor total de R\$ 69.119.319,95. Com relação ao quadro 4 – Contratados – Principais Transações, os itens c) e d) foram preenchidos com valores do 3º trimestre de 2017, ou seja, não correspondentes aos valores corretos do encerramento do exercício (4º trimestre de 2017).

#### **Nota 07 – Ajustes de Exercícios Anteriores**

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

A seguir destacam-se os principais lançamentos de ajustes de exercícios anteriores realizados no Órgão 26406:

A conta de ajustes de exercícios anteriores do órgão 26406 possuía, em 31/12/2017, um saldo credor de R\$ 6.279.176,21.

No que se refere a movimentos devedores, o movimento mais significativo foi da UG 158419 e decorre do lançamento de R\$ 4.481.503,96 oriundo de uma regularização da conta Obras em Andamento conforme processo 23150.000681/2017-44.

A UG 158416 também efetuou uma regularização na conta Obras em Andamento no valor de R\$ 3.979.119,01 que se refere a baixa de obras encerradas em exercícios anteriores da Empresa Cuco Comercial Participações e Construções, processo 23148.000910/2017-71.

As Ugs 158429, 158419 e 158420 efetuaram regularizações na conta Obras em Andamento nos valores respectivos de R\$ 3.340.256,28, R\$ 1.749.301,71 e R\$ 116.000,00 também em decorrência do processo 23148.000910/2017-71.

A 158151 foi a UG cuja soma dos movimentos devedores foi a mais significativa, a mesma totalizou um saldo de R\$ 7.309.073,20 sendo R\$ 7.302.024,20 referente a folha de pagamento e R\$ 7.049,00 referente a uma baixa patrimonial conforme processo 23148.000076/2017-12.

Nas Ugs 158429 e 158884 os valores respectivos de R\$ 452.967,90 e R\$ 26.250,00 na conta de ajustes de exercícios anteriores se explicam pela baixa dos ativos de adiantamento de transferências voluntárias em atendimento ao Acórdão TCU nº 1320/2017.

Os lançamentos credores somam R\$ 27.921.237,58. Desse total R\$ 27.526.788,36, ou seja, 98,58%, foi efetuado na UG 158428. Outros R\$ 388.043,18, ou seja, 1,39% foi efetuado na UG 158424. Ambos os lançamentos se referem a reclassificação da Reserva de Reavaliação devido alteração de critério contábil, conforme dispõe o item 7.1.3 do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

## Nota 08 – Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP)

Tabela 13: Demonstração das Variações Patrimoniais – Resumida

Tabela 1 – R\$ milhares

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - RESUMIDA				
	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV - 12/17
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>805.236.913,66</b>	<b>744.133.620,44</b>	<b>8,21%</b>	<b>100,00%</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-		0,00%
Contribuições	-	-		0,00%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	5.205.004,24	5.773.661,89	-9,85%	0,65%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	6.025,96	5.746,96	4,85%	0,00%
Transferências e Delegações Recebidas	707.808.985,10	681.007.749,06	3,94%	87,90%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	92.008.458,74	57.307.259,29	60,55%	11,43%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	208.439,62	39.203,24	431,69%	0,03%
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>728.929.962,71</b>	<b>650.035.349,38</b>	<b>12,14%</b>	<b>90,52%</b>
Pessoal e Encargos	445.837.139,15	374.592.135,58	19,02%	55,37%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	77.941.087,18	64.994.143,94	19,92%	9,68%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	76.519.515,84	82.030.416,35	-6,72%	9,50%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.185,98	6.520,60	-66,48%	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas	86.734.562,27	104.699.548,25	-17,16%	10,77%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	28.516.501,32	9.833.775,64	189,99%	3,54%
Tributárias	203.423,43	148.957,68	36,56%	0,03%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-		0,00%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	13.175.547,54	13.729.851,34	-4,04%	1,64%
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>76.306.950,95</b>	<b>94.098.271,06</b>	<b>-18,91%</b>	<b>9,48%</b>

Fonte: SIAFI 2016 e 2017 e Tesouro Gerencial.

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas (VPA) e variações patrimoniais quantitativas diminutivas (VPD).

O Resultado Patrimonial apurado em 31/12/2017 foi superavitário em R\$ 76.306.950,95 milhões e está demonstrado na tabela acima.

Na tabela é possível verificar que houve um aumento de 8,21% nas variações patrimoniais aumentativas em relação ao 4º trimestre de 2016. As receitas que tiveram maior variação foram, respectivamente, Outras Variações Patrimoniais Aumentativas, e, Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos.

As Transferências e Delegações Recebidas, embora tenham tido um aumento de 3,94% em relação a 31/12/2016 representam 87,90% do total das VPA.

Das receitas de Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos R\$ 53,08% correspondem a ganhos com desincorporação de passivos. Como pode ser observado na tabela 2, logo abaixo.

Tabela 14: Variações Patrimoniais Aumentativas – Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos

R\$ milhares

	31/12/17	31/12/16	AH %	AV - 12/17 - %
4.6.0.0.0.00.00 VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINC.	92.008.458,74	57.307.259,29	60,55	100,00
4.6.1.0.0.00.00 REAVALIACAO DE ATIVOS	32.598.972,78	42.427.810,86	-23,17	35,43
4.6.3.0.0.00.00 GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS	10.574.879,83	11.662.561,00	-9,33	11,49
4.6.4.0.0.00.00 GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASS	48.834.606,13	3.216.887,43	1418,07	53,08

Fonte: SIAFI 2016 e 2017 e Tesouro Gerencial.

Essa receita teve uma variação de 1.418,07% em relação a 31/12/2016. Esse aumento ocorreu devido a baixa de saldos não devidos a fornecedores. As UGs com baixas mais significativas foram a 158416, 158151, 158419 e 158427, essas UGs baixaram respectivamente R\$21.410.702,62, R\$15.158.499,64, R\$ 8.005.617,81 e R\$ 4.216.653,35.

Em Outras Variações Patrimoniais Aumentativas o recebimento de uma indenização no valor de R\$



164.000,00 da empresa Berkley Internacional do Brasil Seguros S.A. contribuiu para a elevação do saldo em 431,69%.

No que se refere às variações patrimoniais diminutivas houve um aumento de 14,80% em relação a 30/09/2017.

As despesas com Pessoal e Encargos correspondem a 55,37% do total das variações patrimoniais diminutivas e esse saldo é 19,02% maior quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

As Transferências e delegações concedidas correspondem a 10,77% do total das variações patrimoniais diminutivas e esse saldo é 17,16% menor quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Em Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de passivos a baixa para posterior registro no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União (SPIUNET) contribuiu para a elevação do saldo em 189,99%. As UG's com totais mais elevados foram 158883 e 158417, que baixaram respectivamente R\$ 14.281.667,55 e 4.293.980,81. A UG 158423 registrou R\$ 2.098.357,42 referente a baixa de imóveis de uso especial no SPIUNET devido erro de cadastramento (2017NL800010, 2017NL800012 e 2017NL800013).

O Resultado Patrimonial de 31/12/2017 foi 18,91% menor do que o resultado do mesmo período do ano de 2016. Frisa-se ainda o fato de o Órgão não realizar depreciação, amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável. O Órgão 26406 apenas possui bens imóveis cadastrados no SPIUNET.

## Nota 09 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa – DFC

Tabela 15: Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>AH %</b>
Atividades Operacionais	17.171.094,06	28.940.903,45	<b>(40,67)</b>
Atividades de Investimento	(10.211.821,00)	(28.056.082,00)	<b>(63,60)</b>
Atividades de Financiamento	-	-	-
<b>Total</b>	<b>6.959.273,06</b>	<b>884.821,45</b>	<b>686,51</b>

Fonte: SIAFI 2016 e 2017.

Conforme se extrai da DFC as atividades operacionais foram as responsáveis pela geração líquida positiva, verificada até 31/12/2017, no valor de R\$ 6.959.273,06. Esse total foi 686,51% superior ao saldo de 31/12/2016.

### Atividades Operacionais

Os ingressos foram maiores que os desembolsos em R\$ 17.171.094,06. No entanto, na tabela 1 é possível observar que esse saldo é 40,67% menor em relação ao mesmo trimestre do exercício anterior. Essa queda pode ser observada na Tabela 2, onde se verifica que mesmo tendo um aumento nos ingressos o aumento nos desembolsos contribuiu para a queda no saldo do fluxo de caixa das atividades das operações.

Tabela 16: Fluxos de Caixa das Atividades das Operações

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>AH</b>	<b>AV -12/17 %</b>
Ingressos	705.296.573,97	684.295.761,86	3,07	100
Receitas Derivadas e Originárias	5.416.935,93	5.814.331,97	(6,83)	0,77
Transferências Correntes Recebidas	-	-	-	
Outros Ingressos das Operações	699.879.638,04	678.481.429,89	3,15	99,23
Desembolsos	688.125.479,91	655.354.858,41	5,00	100
Pessoal e Demais Despesas	541.332.008,55	493.038.728,79	9,79	78,67
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	
Transferências Concedidas	67.269.341,61	59.336.597,38	13,37	9,77
Outros Desembolsos das Operações	79.524.129,75	102.979.532,24	(22,77)	11,56
	<b>17.171.094,06</b>	<b>28.940.903,45</b>	<b>(40,67)</b>	

Fonte: SIAFI 2016 e 2017.

Os ingressos do fluxo de caixa das atividades operacionais são compostos 99,23% de Outros Ingressos das Operações, e nesse grupo estão as Transferências Financeiras Recebidas que representam 99,17% do total do grupo.

O total dos desembolsos teve um aumento de 5%, passando de R\$ 655.354.858,41 em 31/12/2016 para R\$ 688.125.479,91 em 31/12/2017.

Houve um aumento de 9,79% com pessoal e demais despesas e um aumento de 13,37% em transferências concedidas.

O grupo Outros Desembolsos das Operações teve uma redução de 22,77% em relação ao mesmo trimestre no ano anterior e corresponde a 11,56% do total dos desembolsos. Nesse grupo estão as Transferências Financeiras Concedidas que representam 99,48% do total de Outros Desembolsos das Operações.

#### Atividades de Investimentos

Nesse grupo houve apenas desembolsos. O saldo do fluxo de caixa de investimentos é negativo em R\$ 10.211.821,00, no entanto, esse saldo é 63,60% menor do que o saldo de R\$ 28.056.082,00 de 31/12/2017, que também era negativo. A principal causa dessa redução de saldo negativo foi a queda na aquisição de ativos não circulante.

#### Atividades de Investimentos

O Órgão 26406 não apresenta saldos de atividades de financiamento.

### Nota 10 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados – Por Órgão da UO

O Ministério da Educação (MEC), atualmente, é o órgão superior que possui o maior volume de restos a pagar não processados inscritos quando considerado apenas o orçamento proveniente das unidades orçamentárias (UO's) vinculadas à sua estrutura, detendo cerca de 26,03% do total geral, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 17: Restos a Pagar Não Processados inscritos por Órgão da UO

R\$milhares

	Inscritos	Cancelados	Liquidados	Pagos	Saldos
Ministério da Agric.Pecuária e Abastecimento	94.710,06		83.110,06	83.110,06	11.600,00
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	6.285,35		6.285,35	6.285,35	0,00
Fund.Coord. de Aperf. de Pessoal Nivel Superior	466.084,67	67.710,65	366.194,93	366.194,93	32.179,09
Fundo Nacional de Saúde	262.319,94		222.718,51	222.718,51	39.601,43
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	1.448.720,54	101.221,65	516.986,27	516.977,94	830.520,95
Inst.Fed.de Educ.,Cienc. e Tec. Espírito Santo	13.456.753,91	822.229,88	9.655.267,99	9.346.046,18	3.288.477,85
Inst.Fed.de Educ.,Cienc. e Tec. Brasília	25.000,00		24.600,00	24.600,00	400,00
Inst.Fed.de Educ.,Cienc. e Tec. Fluminense	3.308,82				3.308,82
Ministério da Educação	3.976.898,04	17.113,21	2.486.246,25	2.405.067,12	1.554.717,71
Ministério do Trabalho	0,40				0,40
Ministério da Cultura	303.217,20		293.217,00	293.217,00	10.000,20
Ministério da Integração Nacional	354.000,00		152.800,00	152.800,00	201.200,00
Secretaria de Direitos Humanos	3.486,00	3.486,00			0,00
<b>TOTAL</b>	<b>20.400.784,93</b>	<b>1.011.761,39</b>	<b>13.807.426,36</b>	<b>13.417.017,09</b>	<b>5.972.006,45</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2017

Quando analisada a inscrição de restos a pagar não processados por órgão, se considerar a origem do orçamento, verifica-se que o IFES também ocupa a primeira posição entre os Órgãos UOs.

Os Restos a Pagar Não Processados inscritos no IFES, apresentado na tabela acima, 55,06% pertencem ao orçamento do próprio órgão, enquanto 44,94% provém do orçamento de outros órgãos, conforme resumo apresentado.

Tabela 18: Composição dos restos a pagar não processados no IFES por Categoria Econômica da Despesa.

R\$ milhares

IFES

<b>Categoria Econômica da Despesa</b>	<b>RPNP Inscritos e Reinscritos</b>	<b>RPNP Cancelados</b>	<b>RPNP Liquidados</b>	<b>RPNP Pagos</b>	<b>Saldos</b>
<b>Despesas Correntes</b>	10.020.300,15	767.628,24	7.122.871,88	7.115.410,27	2.137.261,64
<b>Despesas de Capital</b>	3.436.453,76	54.601,64	2.532.396,11	2.230.635,91	1.151.216,21
<b>TOTAL</b>	<b>13.456.753,91</b>	<b>822.229,88</b>	<b>9.655.267,99</b>	<b>9.346.046,18</b>	<b>3.288.477,85</b>

Apresentação a execução por categoria econômica referente ao quarto trimestre de 2017. Da categoria econômica das despesas correntes com maior saldo de restos a pagar 65%, e as despesas de capital 35%.

Tabela 19: Composição dos restos a pagar não processados execução por categoria econômica referente ao quarto trimestre de 2017.

<b>31/12/17</b>						
<b>Grupo Despesa</b>	<b>RPNP Inscritos e Reinscritos</b>	<b>RPNP Cancelados</b>	<b>RPNP Liquidados</b>	<b>RPNP Pagos</b>	<b>Saldos</b>	<b>AV%</b>
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	59,10	59,10			0,00	0%
<b>Outras Despesas Correntes</b>	10.020.241,05	767.569,14	7.122.871,88	7.115.410,27	2.137.261,64	65%
<b>Investimentos</b>	3.436.453,76	54.601,64	2.532.396,11	2.230.635,91	1.151.216,21	35%
<b>TOTAL</b>	<b>13.456.753,91</b>	<b>822.229,88</b>	<b>9.655.267,99</b>	<b>9.346.046,18</b>	<b>3.288.477,85</b>	<b>100%</b>

Apresenta a composição dos Restos a Pagar Não Processados executados pelo IFES, por Grupo de Despesa. Consta-se que cerca de 65% do grupo Investimento foram executados e pagos, restando 35% a pagar; seguindo do grupo Outras Despesas Correntes, com execução de 35%, restando, portanto 65% a serem pagos.

A justificativa refere-se a falta de orçamento e recursos financeiros do ano de 2016 e 2017.

Resto a Pagar referente a folha foi acertado no mês de julho/2017.

O IFES, apesar de deter posição destacada em relação aos demais órgãos, o elevado saldo de despesas inscritas em restos a pagar não processados se justifica pela existência de exceções legais quanto à validade destas despesas. Segundo o artigo 68, § 3º, II, do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, permanecem válidas, após 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, os restos a pagar não processados que se refiram às despesas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Ministério da Saúde, e do Ministério da Educação, financiadas com recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

**Nota 11 – Balanço Orçamentário**

**Previsão RECEITA x Fixação DESPESA**

No quarto trimestre de 2017, a Previsão de Receitas (Atualizadas) R\$4,2 milhões, para o órgão 26406 (Ifes), apresentando uma redução de 12,32% em relação a Dezembro/2016 (R\$4,7 milhões). Quanto à Despesa Fixada (Dotação Atualizada), o total R\$617,0 milhões, apresentando um acréscimo de 12,49% em relação a Dezembro/2016 (R\$548,5 milhões).

RECEITAS CORRENTES: Receita Patrimonial; Receita Agropecuária; Receita Industrial, Receitas de Serviços e Outras Receitas Correntes

No terceiro trimestre de 2017, das RECEITAS CORRENTES, a Receita de Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado, foi de um total de R\$763 mil de um total de R\$782 mil prevista que correspondem a 98% do total das Receitas Previstas. Essas receitas referem-se à arrecadação de Aluguéis a Terceiros; a) Receita Agropecuária, com 3,92% a mais, R\$556 mil de um total prevista de 535 mil, referente a comercialização de diversos produtos; b) Receita Industrial, com 8,26% a menor da receita prevista (649mil/708mil), referente à arrecadação de produtos de fabricação das Agrotécnicas.

As Receitas de Serviços foi de um total de R\$3,24 milhões de um total de R\$2,16 milhões prevista que correspondem um aumento 50,24% do total da Receita Prevista. Essas receitas referem-se à arrecadação de concursos públicos e serviços educacionais.

As Outras Receitas Correntes com 1713%, R\$206mil/0,01mil receita realizada com a prevista.

DESPESAS CORRENTES: Pessoal e Encargos; Outras Despesas Correntes

No quarto trimestre de 2017, as Despesas Correntes “Pessoal e Encargos Sociais” dotação atualizada R\$502,2 milhões e despesas empenhadas R\$501 milhões, representa 99,96% do total de Despesas Empenhadas/Total Dotação Atualizada.

As Outras Despesas Correntes dotação atualizada R\$107 milhões e despesas empenhadas R\$ 114 milhões, representa 7,12% a mais do total das Despesas Empenhadas/Total Dotação Atualiza.

DESPESAS DE CAPITAL: os “Investimentos” dotação atualizada R\$7,6 milhões e despesas empenhadas R\$14,4 milhões, representa 89% do total das Empenhadas/Total Dotação Atualizada.

#### Movimentação Orçamentária

Instituto Federal de Ciência e Tec.do Esp. Santo

Tabela 20: Composição dos restos a pagar não processados no IFES por Categoria Econômica da Despesa.

31/12/17

IFES	Grupo Despesa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Descentralizações Recebidas (b)	Descentralizações Concedidas (c)	Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Crédito Bloqueado (e)	Crédito Disponível (a + b - c - d - e)	Crédito Disponível 622110000
Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais	444.142.032,00	502.200.742,00	27.359,69	96.041,69	501.883.484,23	493.942.000,35	493.942.000,35	0,00	248.575,77	248.575,77
	Outras Despesas Correntes	106.094.362,00	107.217.324,00	67.445.831,85	67.751.500,42	106.331.589,72	99.547.375,19	99.547.375,19	0,00	580.065,71	580.065,71
Despesas Capital	Investimentos	7.616.284,00	7.616.284,00	5.331.460,80	5.331.460,80	5.499.917,59	3.248.975,41	3.248.975,41	1.150.000,00	966.366,41	966.366,41
<b>Total</b>		<b>557.852.678,00</b>	<b>617.034.350,00</b>	<b>72.804.652,34</b>	<b>73.179.002,91</b>	<b>613.714.991,54</b>	<b>596.738.350,95</b>	<b>596.738.350,95</b>	<b>1.150.000,00</b>	<b>1.795.007,89</b>	<b>1.795.007,89</b>

Houve, no exercício de 2017 economia na execução da despesa orçamentária de 0,5%.

## Movimentação Orçamentária outros Órgãos

Tabela 21: Composição dos restos a pagar não processados no IFES por Categoria Econômica da Despesa.

Órgão	Categoria Econômica da Despesa	Grupo Despesa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Descentralizações Recebidas (b)	Descentralizações Concedidas (c)	Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Crédito Bloqueado (e)	Crédito Disponível (a + b - c - d - e)
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes			24.104,05	11.275,05	11.275,05				1.553,95
<b>Total</b>					24.104,05	11.275,05	11.275,05				1.553,95
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes			1.613.625,72	799.552,01	814.073,71	123.230,22	123.230,22		0,00
<b>Total</b>					1.613.625,72	799.552,01	814.073,71	123.230,22	123.230,22		0,00
Fundo Nacional de Saúde	Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes			1.580.000,00	790.000,00	790.000,00	103.000,00	103.000,00		0,00
<b>Total</b>					1.580.000,00	790.000,00	790.000,00	103.000,00	103.000,00		0,00
Fundação Coord. de Aperf. de Pessoal Nível Superior	Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes			2.654.683,03	616.694,50	2.031.808,53	745.908,80	745.908,80		6.180,00
<b>Total</b>					2.654.683,03	616.694,50	2.031.808,53	745.908,80	745.908,80		6.180,00
Ministério da Agric. Pecuária e Abastecimento	Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes			22.425,14	11.212,57	11.212,57	7.769,57	7.769,57		0,00
<b>Total</b>					22.425,14	11.212,57	11.212,57	7.769,57	7.769,57		0,00
Ministério da Educação	Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais			80.322,90		80.312,00	0,00			10,90
		Outras Despesas Correntes			5.411.908,37	561.733,51	4.850.174,86	3.813.825,63	3.813.825,63		0,00
	Despesas Capital	Investimentos			16.812.456,37	7.913.472,69	8.898.933,68	241.976,81	241.976,81	0,00	50,00
			<b>Total</b>			22.304.687,64	8.475.206,20	13.829.420,54	4.055.802,44	4.055.802,44	0,00
UFES	Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes			9.414,15		9.414,15	4.882,12	4.882,12		0,00
<b>Total</b>			0,00	0,00	9.414,15		9.414,15	4.882,12	4.882,12		0,00
<b>Total Geral</b>					<b>28.208.939,73</b>	<b>10.703.940,33</b>	<b>17.497.204,55</b>	<b>5.040.593,15</b>	<b>5.040.593,15</b>	<b>0,00</b>	<b>7.794,85</b>

Órgão	Categoria Econômica da Despesa	Grupo Despesa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Descentralizações Recebidas (b)	Descentralizações Concedidas (c)	Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Crédito Bloqueado (e)	Crédito Disponível (a + b - c - d - e)
Justiça Federal	Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais			137.363,74	68.681,74	68.681,74	68.681,74	68.681,74		0,26
UFES	Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes			16.046,32		16.046,32	4.379,13	4.379,13		0,00
UFRJ	Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes			50.263,14		50.263,14	50.263,14	50.263,14		0,00
IF Amazonas	Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes			15.000,00		14.432,83	8.835,91	8.835,91		567,17
IF Ceará	Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes			17.000,00		15.624,50	15.624,50	15.624,50		1.375,50
IF Goiana	Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes			16.974,84	8.487,42	8.487,42	8.487,42	8.487,42		(0,00)
IF Sudeste MG	Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes			5.726,25		5.726,25	5.726,25	5.726,25		0,00
IF Triângulo Mineiro	Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes			14.940,77		14.940,77	14.940,77	14.940,77		0,00
IF Pernambuco	Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes			13.000,00		12.773,52	5.797,40	5.797,40		226,48
IF Rio Grande do Sul	Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes			16.218,82		16.218,82	16.218,82	16.218,82		0,00
IF Faropilha	Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes			10.722,58		10.722,58	10.722,58	10.722,58		0,00
IF Sergipe	Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes			11.600,00		11.268,45	6.668,45	6.668,45	0,00	331,55
IF Bahia	Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes			32.956,50	16.478,25	16.478,25	16.478,25	16.478,25		0,00
IF Goiás	Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes			12.506,34		12.506,34	12.506,34	12.506,34		0,00
IF Parana	Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes			9.563,31		9.563,31	9.563,31	9.563,31		0,00
IF Fluminense	Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes			36.149,87		35.612,54	33.612,54	33.612,54		537,33
IF Rio Grande do Norte	Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes			41.025,52	20.512,76	20.512,76	19.940,54	19.940,54		(0,00)
IF Rio-Grandense	Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes			19.476,65	7.876,65	7.876,65	7.876,65	7.876,65		3.723,35
IF Santa Catarina	Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes			10.622,79		10.622,79	5.622,79	5.622,79		0,00
IF São Paulo	Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes			6.557,02		6.557,02	6.557,02	6.557,02		0,00
INSS	Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes			5.345,86	2.672,93					2.672,93
<b>Total Geral</b>					<b>499.060,32</b>	<b>124.709,75</b>	<b>364.916,00</b>	<b>328.503,55</b>	<b>328.503,55</b>	<b>0,00</b>	<b>9.434,57</b>

As informações acima demonstram a movimentação orçamentária administrativa da autarquia, vinculadas aos órgão subordinado 26000. Compreendem as Provisões e os Destaques Concedidos com o orçamento da UO 26406, bem como os Destaques Recebidos de unidades vinculadas à estrutura do próprio órgão. As Provisões (Concedidas), conta 62221.01.00, respectivamente, perfazem um total de R\$ 72.804.652,34. Os Destaques (Recebidos), conta 52222.01.01 totalizaram R\$28.208.939,73 e foram provenientes de vinte e sete órgãos pertencentes à estrutura do MEC (UFES, UFRJ, IFAM, IFCE, IFGOIANA, IFMG, IFTM,

IFPE, IFRS, IFFA, IFSE, IFBA, IFG, IFP, IFFLUM, IFRN, IFSULRIO, IFSC, IFSP) e outros dois Justiça Federal e INSS. Os Destaques (Concedidos) pela unidade gestora do órgão, conta 62222.0100, totalizaram R\$ 374.350,57 e foram concedidas para várias Ugs.

As demonstrações da movimentação orçamentária referente às descentralizações recebidas e concedidas (Destaques e Provisões) do órgão 26406, cujos créditos orçamentários provêm tanto do orçamento pertencente ao MEC, órgão 26000 e outros Ministérios, foram descentralizados as 21 unidades gestoras, Polo de Inovação e Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância do órgão 26406.

#### Nota 12 – Resultado Financeiro – 31/12/2017

O resultado financeiro no quarto trimestre de 2017 foi superavit em R\$ 6,9 milhões, e sua formação é detalhada na tabela apresentada na sequência, comparando-o ao mesmo período de 2016.

Tabela 22: Resultado Financeiro – 31/12/2017

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/16	AH %
Receita Orçamentária	5.416.935,93	5.814.331,97	-6,83
Despesas Orçamentárias	-631.212.196,09	-563.181.847,08	12,08
	<u>-625.795.260,16</u>	<u>-557.367.515,11</u>	12,28
Transferência Financeiras Recebidas	699.455.353,03	677.736.262,96	3,20
Transferência Financeiras Concedidas	-79.111.131,22	-102.243.340,18	-22,62
	<u>620.344.221,81</u>	<u>575.492.922,78</u>	7,79
Recebimentos Extraordinários	29.866.472,93	20.607.491,51	44,93
Despesas Extraordinárias	-17.456.161,52	-37.848.077,73	-53,88
	<u>12.410.311,41</u>	<u>-17.240.586,22</u>	-28,02
<b>Resultado Financeiro do Exercício</b>	<b>6.959.273,06</b>	<b>884.821,45</b>	<b>686,51</b>

Fonte: Siafi Web 2016 e 2017.

Comparando com o mesmo período de 2016, em 2017 a Receita Orçamentária foi menor em 6,83%, porém a despesa aumentou em maior proporção(12,08%), este fato ocorreu pelo esforço na redução do estoque dos Restos a Pagar.

Dentre os recebimentos extraorçamentárias, destaca-se a inscrição de restos a pagar R\$ 29,4 milhões (cerca de 99% do montante total. Dentre os pagamentos extraordinários, destaca-se o pagamento dos restos a pagar no montante de R\$ 17

milhões (cerca de 98% do montante total).

#### Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Ifes (DCON) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade(CFC) NBCT 16.6-R1, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.